

Boletim do Trabalho e Emprego

44

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho e Segurança Social

Preço 24\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 53	N.º 44	P. 2521-2536	29-NOVEMBRO-1986
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

	Pág.
— Electro Boa Esperança, L. ^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	2523
— Assoc. de Futebol de Salão de Lisboa — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	2523
— Firma MC — Material Clínico, L. ^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	2524
— Têxtil Manuel Gonçalves, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	2524

Portarias de extensão:

— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Viana do Castelo e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Dist. de Viana do Castelo	2525
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ARAC — Assoc. dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e ao CCT entre a mesma associação patronal e a FSTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros	2525
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Armazenistas e Importadores de Aços, Tubos e Metais e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros	2526
— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros e entre a mesma associação patronal e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas.	2526
— Aviso para PE das alterações ao ACT entre empresas e agências de navegação aérea e o SITAVA — Sind. dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos	2526

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Armazenistas e Importadores de Aços, Tubos e Metais e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial	2527
— CCT entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (Armazéns) — Alteração salarial e outras	2530
— CCT entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras	2531
— AE entre a Empresa Francisco Fino, L. ^{da} , e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outra	2533

— AE entre a UNICERVI — Comércio e Representações, L. ^{da} , e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul — Alteração salarial e outras	Pág. 2534
— AE entre a CONCÓRDIA — Empreendimentos Industriais, L. ^{da} , e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços e Comércio — Alteração salarial.....	2535
— Acordo de adesão entre a ANIECA — Assoc. Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e o Sind. Nacional dos Motoristas ao CCT (alteração salarial e outras) entre aquela associação patronal e a FES-TRU — Feder. dos Sind. dos Transportes Rodoviários e Urbanos e outras.....	2536

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

Electro Boa Esperança, L.^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A firma Electro Boa Esperança, L.^{da}, com sede em Lisboa, Calçada de Arroios, 48-C, exerce a sua actividade no ramo do comércio eléctrico e canalização.

O regime normal de duração semanal de trabalho, de acordo com o instrumento de regulamentação de trabalho aplicável, é de 44 horas, distribuídas de segunda-feira às 13 horas de sábado, para os trabalhadores não administrativos (cláusula 27.^a do CCT, in *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 6, de 15 de Fevereiro de 1981, pretendendo esta firma uma redução para 40 horas semanais, a distribuir de segunda-feira a sexta-feira.

Assim, manter-se-á o descanso semanal ao domingo e o descanso complementar abrangerá todo o dia de sábado, uniformizando-se o regime de trabalho para todos os trabalhadores.

Considerando que:

É a desejada alteração compatível com o desenvolvimento económico da requerente e da acti-

vidade que prossegue, dela não resultando quaisquer prejuízos tanto para a empresa como para os trabalhadores;

Os interessados deram a sua concordância ao regime proposto, em declaração escrita;

Os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram inconveniente no deferimento do requerido,

é autorizada a firma Electro Boa Esperança, L.^{da}, com sede na Calçada de Arroios, 48-C, em Lisboa, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, e ao abrigo do despacho de delegação de competências de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional de 8 de Novembro de 1985, a alterar os limites da duração do horário semanal dos seus trabalhadores, de 44 horas para 40 horas, com descanso complementar em todo o dia de sábado e descanso semanal aos domingos.

Lisboa, 28 de Outubro de 1986. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Carlos Goulão Serejo*.

Assoc. de Futebol de Salão de Lisboa — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A Associação de Futebol de Salão de Lisboa, com sede na Rua da Cidade de Liverpool, 6, rés-do-chão, em Lisboa, constituída por escritura de 25 de Julho de 1985, conforme publicação no *Diário da República*, 3.^a série, n.º 191, de 8 de Dezembro de 1985, e tendo por objecto a organização e divulgação de futebol de salão, com o registo de pessoa colectiva n.º 501616667, tem ao seu serviço pessoal administrativo (empregados de escritório), cujo regime normal de duração do trabalho semanal é de 42 horas, conforme a PRT publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 26, de 15 de Julho de 1979, base XIV.

Pretende a mesma Associação uma redução no citado período normal de duração do trabalho semanal das 42 horas para 37 horas e 30 minutos, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira, com o dia total de sábado de descanso complementar, e o descanso semanal ao domingo.

Os empregados de escritório ao serviço, dada a recente entrada em actividade da requerente, vêm já praticando o regime pretendido, que é o primeiro horário, ao mesmo aderindo e para que foram contratados.

A redução requerida e os horários daí resultantes são compatíveis com a actividade prosseguida pela Associação de Futebol de Salão e dela não decorre qualquer prejuízo para os respectivos serviços nem para os trabalhadores.

Os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram qualquer inconveniente no deferimento do pretendido.

Assim, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, e ao abrigo do despacho de delegação de competências de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional de 8 de Novembro de 1985, é autorizada a Associação de Futebol de Salão de Lisboa, com sede na Rua da Cidade de Liverpool, 6, rés-do-chão, em Lisboa, a alterar os limites da duração do horário semanal do seu pessoal administrativo (empregados de escritório), de 42 horas para 37 horas e 30 minutos, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira, com descanso complementar em todo o dia de sábado e descanso semanal ao domingo.

Lisboa, 28 de Outubro de 1986. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Carlos Goulão Serejo*.

Despacho

A firma MC — Material Clínico, L.^{da}, com sede na Praceta de Simões Almeida Júnior, 11, Queluz, exerce a sua actividade como importadora, exportadora e comerciante de material clínico e hospitalar, tendo a sua actual denominação sido oficializada por escritura de 12 de Agosto de 1985, conforme publicação no *Diário da República*, 3.^a série, n.º 207, de 9 de Setembro de 1985, contando-se o seu início a partir de 7 de Março do mesmo ano.

O regime normal de duração semanal de trabalho, de acordo com o instrumento de regulamentação de trabalho aplicável, é de 44 horas semanais para todos os trabalhadores com excepção dos profissionais de escritório e outros adstritos aos serviços administrativos, que cumprem 40 horas de trabalho por semana (cláusula 27.^a do CCT do comércio do distrito de Lisboa, in *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 6, de 15 de Fevereiro de 1981), distribuídas de segunda-feira ao limite das 13 horas de sábado.

Pretende esta firma, por razões de uniformização de horário, reduzir aquela duração semanal para 38 horas e 45 minutos, cumprindo-se o descanso complementar por todo o dia de sábado e o descanso semanal ao domingo.

Aduz ainda as vantagens do maior acerto horário com as relações negociais, contactos telefónicos, *telex* e telecópia com a sede do requerente, na Alemanha, e fábricas em Espanha (Barcelona), e simultaneamente com as ligações bancárias e serviços clínicos e hospita-

lares em Portugal, só possíveis com o regime possibilitado pela redução pedida e a distribuição diária do trabalho.

Considerando-se que:

A desejada alteração é compatível com o desenvolvimento económico da firma e da actividade que prossegue, dela não resultando quaisquer prejuízos quer para a requerente quer para os seus trabalhadores;

Os interessados, afectos ao sector comercial e ao administrativo, deram a sua concordância, por declaração escrita;

Os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram inconveniente no requerido,

é autorizada a firma MC — Material Clínico, L.^{da}, com sede na Praceta de Simões Almeida Júnior, 11, Queluz, Sintra, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, e ao abrigo do despacho de delegação de competências de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Trabalho e Formação Profissional de 8 de Novembro de 1985, a alterar os limites da duração do horário semanal dos seus trabalhadores, quer do sector administrativo, quer do sector comercial, de 40 e 44 horas, respectivamente, para 38 horas e 45 minutos, com descanso complementar em todo o dia de sábado e descanso semanal ao domingo.

Lisboa, 12 de Novembro de 1986. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Carlos Goulão Serejo*.

Têxtil Manuel Gonçalves, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A firma Têxtil Manuel Gonçalves, S. A. R. L., com sede em Vilar, Vale de São Cosme, Vila Nova de Famalião, e instalações fabris em Campelos (São João da Ponte), Guimarães, exerce a actividade têxtil há anos, possuindo fábricas em São Cosme do Vale e Requião, do concelho de Vila Nova de Famalicão, e Campelos (São João da Ponte), no concelho de Guimarães.

A unidade fabril de Campelos (São João da Ponte) foi adquirida em 1969, reiniciando-se ali a laboração em finais de 1971.

Na ausência de transportes colectivos, então, para os trabalhadores, foi esquematizado um serviço privativo, em correspondência com o que já funcionava na fábrica de São Cosme do Vale, permitindo, assim, com óbvias vantagens económicas e bem estar dos trabalhadores, uma utilização conjunta e prolongada.

Surgiu, então, a necessidade de uniformização com os horários já vigentes em São Cosme do Vale, atento ainda o facto de as localidades serem circunvizinhas, sendo os utentes trabalhadores oriundos de localidades intermédias e limítrofes.

Logo, a pretendida redução do período de duração semanal é uma formalização do que vem sendo praticado, sem quaisquer objecções por parte dos trabalha-

dores. Pelo contrário, traz-lhes um uso e costume aceite por evidentes vantagens.

Por outro lado, não há qualquer prejuízo no pretendido para a economia e actividade da requerente, bem como para o seu desenvolvimento; os serviços competentes da Inspeção-Geral de Trabalho não viram inconveniente no deferimento, e o IRCT aplicável — CCT, in *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 37, de 8 de Outubro de 1981, pp. 270 e segs., não veda o regime requerido.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, e do despacho de delegação de competências de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional de 8 de Novembro de 1985, é autorizada a firma Têxtil Manuel Gonçalves, S. A. R. L., com sede em São Cosme do Vale (Vila Nova de Famalicão), e instalações fabris em Campelos (São João da Ponte), Guimarães, a alterar os limites da duração do período normal de trabalho de 45 horas para 42 horas e 30 minutos, distribuídas por dois turnos (1.º e 2.º turnos fixos), de segunda-feira a sexta-feira, com descanso complementar ao sábado e descanso semanal ao domingo, nas referidas instalações fabris de Campelos (São João da Ponte), Guimarães.

Lisboa, 13 de Novembro de 1986. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Carlos Goulão Serejo*.

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Viana do Castelo e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Dist. de Viana do Castelo

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1986, foram publicadas alterações ao CCT celebrado entre a Associação Comercial de Viana do Castelo e outras e o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo.

Considerando que a referida convenção apenas é aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações outorgantes;

Considerando a existência, no distrito de Viana do Castelo, de entidades patronais e de trabalhadores dos sectores económico e profissional regulados não filiados nas associações signatárias;

Considerando a necessidade de promover a uniformização das condições de trabalho na área e âmbito de aplicação da convenção;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação de aviso para PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1986, sem que tenha sido deduzida qualquer oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado do Comércio Interno e do Emprego e Formação Profissional, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes das alterações ao CCT celebrado entre a Associação Comercial de Viana do

Castelo e outras e o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1986, são tornadas extensivas, no distrito de Viana do Castelo, a todas as entidades patronais que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes, exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e tenham ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como a estes profissionais e aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias ao serviço de entidades patronais inscritas nas associações comerciais signatárias e não representados pela associação sindical outorgante.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

As tabelas salariais tornadas aplicáveis pela presente portaria produzem efeitos desde 1 de Setembro de 1985, podendo o acréscimo de encargos decorrentes da retroactividade fixada ser satisfeitos em duas prestações mensais, de idêntico montante.

Ministérios da Indústria e Comércio e do Trabalho e Segurança Social, 11 de Novembro de 1986. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Jorge Manuel Águas da Ponte Silva Marques*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ARAC — Assoc. dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e ao CCT entre a mesma associação patronal e a FSTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das convenções colectivas de trabalho em epígrafe publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 29, de 8 de Agosto de 1986, e 33, de 8 de Setembro de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do referido preceito e diploma, tornará as disposições constantes das aludidas convenções extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que, na área das convenções, exerçam a actividade económica por aquelas abrangidas e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiadas nas associações sindicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, na área das convenções, exerçam a actividade económica por aquelas abrangidas e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Armazenistas e Importadores de Aços, Tubos e Metais e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em título, nesta data publicado.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) A todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes da convenção, exerçam a sua actividade no território nacional e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela referidas;
- b) Aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais abrangidas pela aludida convenção não filiados nas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros e entre a mesma associação patronal e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual extensão das disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais pelo Frio e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outras — Alteração salarial e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1986, e do CCT entre a mesma associação patronal e o SINDEPESCAS — Alteração salarial e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 32, de 29 de Agosto de 1986, a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam a sua actividade no território nacional e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos outorgantes ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária.

Aviso para PE das alterações ao ACT entre empresas e agências de navegação aérea e o SITAVA — Sind. dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Setembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE das alterações ao ACT celebrado entre empresas e agências de navegação aérea e o SITAVA — Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Novembro de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º, já citado, tornará a convenção extensiva:

- a) A todos os trabalhadores, ao serviço das empresas e agências de navegação aérea signatárias, das profissões e categorias profissionais previstas não filiados na associação sindical outorgante;
- b) A todas as empresas estrangeiras de navegação aérea e suas agências que, no território nacional, explorem a indústria de comunicações aéreas e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias previstas na convenção.

Nos termos do n.º 6 do citado preceito e diploma, podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos quinze dias seguintes ao da publicação deste aviso.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Armazenistas e Importadores de Aços, Tubos e Metais e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial

Aos 22 de Julho de 1986, as comissões negociadoras sindical e patronal acordaram a revisão parcial do CCT em vigor (*Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 44, de 29 de Novembro de 1985), com a seguinte redacção:

Cláusula 1.^a

1 e 2 — (*Mantêm-se com a redacção actual.*)

Cláusula 2.^a

A tabela de retribuições será a seguinte:

Grupos	Remunerações
I.....	51 980\$00
II.....	48 300\$00
III.....	45 482\$50
IV.....	42 722\$50
V.....	39 962\$50
VI.....	38 007\$50
VII.....	35 995\$00
VIII.....	33 695\$00
IX.....	31 337\$50
X.....	29 210\$00
XI.....	27 140\$00
XII.....	24 552\$50
XIII.....	21 562\$50
XIV.....	19 377\$50
XV.....	17 767\$50
XVI.....	15 985\$00

Os promotores de vendas (com), prospectores de vendas (com), caixeiros-viajantes (com), vendedores (com), caixeiros de mar (com), caixeiros de praça, vendedores especializados ou técnicos de vendas que auferirem apenas remuneração fixa ficam inseridos no grupo VII da tabela salarial; aqueles que auferirem retribuição mista ficarão integrados no grupo IX, cuja remuneração constituirá a parte fixa mínima, sendo-lhes, porém, assegurada uma retribuição global mínima correspondente à fixada no grupo VII.

Nota

Mantém-se o actual enquadramento profissional nos grupos da tabela de retribuições.

Cláusula 3.^a

1 — A tabela de remunerações mínimas produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1986, sem quaisquer outros reflexos.

Lisboa, 22 de Julho de 1986.

Pela Associação Portuguesa dos Armazenistas e Importadores de Aços, Tubos e Metais:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa de Comerciantes de Materiais de Construção:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Armazenistas de Ferragens e Equipamentos Industriais:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

David António Martins.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços:

David António Martins.

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

José Augusto Sousa Martins Leal.

Pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

David António Martins.

Pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal:

David António Martins.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Mármore e Madeiras:

David António Martins.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa:

David António Martins.

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias Metalúrgica, Metalomecânica e Minas de Portugal:

David António Martins.

Pela Federação Nacional de Sindicatos de Quadros:

Carlos M. R. Mendes.

Pelo Sindicato dos Técnicos de Desenho:

David António Martins.

Pelo Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa:

David António Martins.

Pelo Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul:

David António Martins.

Declaração

Para todos os efeitos se declara que os sindicatos filiados na Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços são os seguintes:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito da Horta;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
 Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Vendas de Ponta Delgada;
 Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Lisboa, 29 de Agosto de 1986. — Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;

STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal.

E por ser verdade se passa a presente credencial que vai assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 27 de Agosto de 1986. — Pelo Secretariado, (*Assinaturas ilegíveis.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte (SINDCES/Centro-Norte);
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;
 SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio e Serviços do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da FESINTES, 28 de Agosto de 1986. — Pelo Secretariado, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito da Guarda;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, *Amável Alves.*

Declaração

A Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal declara, para os devidos efeitos, que representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
 Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Algarve;
 Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira.

Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;
Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Castelo Branco;
Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Oficinas Correlativas do Distrito de Setúbal;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Operários da Construção Civil, Marromistas e Montantes de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Operários das Indústrias de Madeiras de Viana do Castelo;
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo;
Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato da Construção Civil do Distrito da Horta;
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Ponta Delgada.

Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa declara, para os devidos efeitos, que representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas.

Lisboa, 8 de Agosto de 1986.

Declaração

Para os devidos efeitos declaramos que a FSMMP — Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Braga;
Sindicato dos Metalúrgicos de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Metalúrgicos e Oficinas Correlativas do Funchal;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul.

Lisboa, 8 de Agosto de 1986. — Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FENSIQ — Federação Nacional de Sindicatos de Quadros, representa os seguintes sindicatos no CCT/grossistas e importadores de materiais de construção, aços, ferros e tubos:

Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul;
Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante;
Sindicato dos Contabilistas.

Lisboa, 4 de Setembro de 1986. — Pela Federação Nacional de Sindicatos de Quadros, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 17 de Novembro de 1986, a fl. 133 do livro n.º 4, com o n.º 390/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (Armazéns) — Alteração salarial e outras

As partes outorgantes acordaram nas seguintes alterações:

I

Cláusula 15.^a

1 — Os profissionais que trabalhem em regime de dois ou três turnos rotativos terão direito a um subsídio de turno de 2650\$ mensais.

Cláusula 21.^a

(Ajudas de custo)

1 — Aos trabalhadores que se desloquem em viagem de serviço será abonada a importância diária de 2300\$ para alimentação e alojamento, ou o pagamento destas despesas contra a apresentação do respectivo documento, conforme prévia opção da entidade patronal.

2 — Sempre que a deslocação não implique uma diária completa serão abonados os seguintes valores:

- a) Pequeno-almoço — 115\$;
- b) Ceia — 165\$;
- c) Almoço/jantar — 515\$;
- d) Dormida — 1300\$.

3 — Aos trabalhadores, enquanto em serviço externo e desde que este se circunscreva ao concelho da sede ou delegação a que se encontram adstritos, será atribuído um subsídio para almoço não inferior a 280\$ por cada dia de trabalho.

Cláusula 39.^a

(Seguro e fundo para falhas)

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 1550\$, o qual fará parte integrante da retribuição enquanto o trabalhador se mantiver classificado na profissão a que correspondem essas funções.

II

As alterações constantes das cláusulas anteriores produzirão efeitos a partir de 1 de Julho de 1986.

III

ANEXO III

Retribuições mínimas mensais

1 — Início de efeitos. — As retribuições mínimas mensais constantes das tabelas terão efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

Grau	Tabela I	Tabela II
A	48 700\$00	62 750\$00
B	45 600\$00	58 350\$00
C	42 800\$00	55 200\$00

Grau	Tabela I	Tabela II
D	39 400\$00	51 450\$00
E	38 500\$00	49 900\$00
F	37 500\$00	48 200\$00
G	36 600\$00	47 200\$00
H	34 500\$00	44 900\$00
I	33 600\$00	43 600\$00
J	32 700\$00	42 400\$00
L	32 100\$00	41 650\$00
M	29 700\$00	37 500\$00
N	28 200\$00	35 950\$00
O	27 600\$00	33 650\$00
P	23 400\$00	28 950\$00
Q	21 400\$00	26 200\$00
R	17 700\$00	22 050\$00
S	15 900\$00	19 300\$00
T	14 300\$00	17 150\$00

Porto, 29 de Julho de 1986.

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

António Bernardo Mesquita.

Pela AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto:

(Assinatura ilegível.)

Pela ACIBEV — Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas Espirituosas e Vinhos:

(Assinatura ilegível.)

Pela ANCEVE — Associação do Norte e dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinho e Bebidas Espirituosas:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, representa as seguintes associações sindicais:

- Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte (SINDCES/Centro-Norte);
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;
- SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio e Serviços do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e Sede da FESINTES, 27 de Agosto de 1986. — Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Depositado em 18 de Novembro de 1986, a fl. 133 do livro n.º 4, com o n.º 391/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras.

Cláusula única
(Âmbito de revisão)

1 — A presente revisão, com área e âmbito definidos na cláusula 1.^a, dá nova redacção às cláusulas seguintes.

2 — As matérias não contempladas na presente revisão continuam abrangidas pelas disposições constantes da convenção inicial e revisões seguintes, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 45, de 7 de Dezembro de 1981, 47, de 22 de Dezembro de 1982, 47, de 22 de Dezembro de 1983, e 47, de 22 de Dezembro de 1984.

Cláusula 1.^a
(Área e âmbito)

1 — O presente CCT obriga, por um lado, as empresas ou entidades filiadas nas associações patronais seguintes:

Associação do Norte dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinho e Bebidas Espirituosas (ANCEVE);

Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas Espirituosas e Vinhos (ACIBEV).

E, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço representados ou filiados pelas associações signatárias.

2 — A presente alteração ao CCT aplica-se igualmente aos trabalhadores de escritório ao serviço das associações patronais outorgantes.

Cláusula 21.^a

(Princípios gerais)

1 —

2 — Sempre que o trabalhador aufera uma retribuição mista, isto é, constituída por parte certa e parte variável, ser-lhe-á unicamente garantida como retribuição certa mínima a prevista no grupo XI, acrescendo a esta a parte variável correspondente às comissões de vendas.

Cláusula 25.^a

(Seguro e fundo para falhas)

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 1700\$, o qual fará parte integrante da retribuição enquanto o trabalhador se mantiver classificado na profissão a que correspondam as funções.

ANEXO III

Retribuições mínimas mensais

Tabela A

Empresas ou entidades representadas pela ANCEVE — Associação do Norte dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinho e Bebidas Espirituosas e pela ACIBEV — Associação dos Comerciantes de Bebidas Espirituosas e Vinhos.

Grupo	Categoria profissional	Retribuição
I	Chefe de escritório Director de serviços Analista de sistemas	59 950\$00
II	Chefe de departamento Tesoureiro Contabilista	56 650\$00
III	Chefe de secção Guarda-livros Programador Chefe de vendas	48 000\$00
IV	Secretário de direcção Correspondente em línguas estrangeiras Inspector de vendas	44 400\$00
V	Primeiro-escriturário Caixa Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Operador mecanográfico Prospector de vendas (sem comissões) Promotor de vendas (sem comissões) Vendedor (sem comissões)	41 950\$00
VI	Segundo-escriturário Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Perfurador-verificador Cobrador Demonstrador	40 000\$00
VII	Telefonista de 1. ^a	35 450\$00
VIII	Telefonista de 2. ^a Contínuo Porteiro	32 750\$00
IX	Estagiário do 2.º ano Dactilógrafo do 2.º ano	29 800\$00
X	Estagiário do 1.º ano Dactilógrafo do 1.º ano Servente de limpeza Contínuo (menos de 21 anos)	27 650\$00
XI	Prospector de vendas (com comissões) Promotor de vendas (com comissões) Vendedor (com comissões)	26 650\$00
XII	Paquete de 16/17 anos	20 600\$00
XIII	Paquete de 14/15 anos	17 850\$00

Tabela B

Empresas ou entidades representadas pela AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto

Grupo	Categoria profissional	Retribuição
I	Chefe de escritório	77 600\$00
	Director de serviços	
	Analista de sistemas	
II	Chefe de departamento	69 650\$00
	Tesoureiro	
	Contabilista	
III	Chefe de secção	61 800\$00
	Guarda-livros	
	Programador	
	Chefe de vendas	
IV	Secretário de direcção	58 800\$00
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Inspector de vendas	
V	Primeiro-escriturário	55 000\$00
	Caixa	
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	
	Operador mecanográfico	
	Prospector de vendas (sem comissões)	
	Promotor de vendas (sem comissões)	
VI	Segundo-escriturário	51 300\$00
	Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa	
	Perfurador-verificador	
	Cobrador	
VII	Demonstrador	47 250\$00
	Telefonista de 1.ª	
VIII	Telefonista de 2.ª	44 150\$00
	Contínuo	
	Porteiro	
IX	Estagiário do 2.º ano	40 350\$00
	Dactilógrafo do 2.º ano	
X	Estagiário do 1.º ano	37 150\$00
	Dactilógrafo do 1.º ano	
	Servente do 1.º ano	
	Servente de limpeza	
	Contínuo (menos de 21 anos)	
XI	Prospector de vendas (com comissões)	27 400\$00
	Promotor de vendas (com comissões)	
	Vendedor (com comissões)	

Grupo	Categoria profissional	Retribuição
XII	Paquete de 16/17 anos	25 500\$00
XIII	Paquete de 14/15 anos	22 650\$00

1 — As tabelas salariais produzem efeitos a partir de 1 de Setembro de 1986.

Porto, 7 de Setembro de 1986.

Pela AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto:

(Assinatura ilegível.)

Pela ANCEVE — Associação do Norte dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas:

(Assinatura ilegível.)

Pela ACIBEV — Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas Espirituosas e Vinhos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

António Bernardo Mesquita.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte (SINDCES/Centro-Norte);

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;

SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;

Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio e Serviços do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e Sede da FESINTES, 15 de Outubro de 1986. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Depositado em 17 de Novembro de 1986, a fl. 133 do livro n.º 4, com o n.º 387/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**AE entre a Empresa Francisco Fino, L.^{da}, e a FETESE — Feder. dos Sind.
dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outra**

Cláusula 2.^a

(Vigência do contrato)

- 1 —
2 —
3 —
4 — As tabelas salariais e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

Cláusula 27.^a

(Retribuições certas mínimas)

- 1 —
2 — Os caixas e os cobradores têm direito a um abono mensal para falhas de 1400\$, o qual fará parte integrante da retribuição enquanto o trabalhador exercer essas funções, ainda que a título de substituição.

ANEXO II — A

Trabalhadores de escritório e serviços

Grupo	Categoria	Vencimento
I	Chefe de serviços Director comercial	62 000\$00
II	Técnico de contas (contabilista) Chefe de secção Programador de informática	54 200\$00
III	Guarda-livros Subchefe de secção Secretário(a) de direcção	51 750\$00
IV	Primeiro-escriturário Caixa Correspondente em línguas estrangeiras Operador de computador de 1. ^a	45 750\$00
V	Segundo-escriturário Operador de computador de 2. ^a Operador(a) de telex (com mais de três anos)	42 250\$00
VI	Terceiro-escriturário Estagiário de operador de computador Cobrador Operador(a) de telex (com menos de três anos)	38 750\$00
VII	Telefonista Apontador	34 800\$00
VIII	Guarda Porteiro	32 650\$00
IX	Contínuo	29 850\$00

Grupo	Categoria	Vencimento
X	Estagiário e ou dactilógrafo do 3. ^o ano Estagiário e ou dactilógrafo do 2. ^o ano Estagiário e ou dactilógrafo do 1. ^o ano Servente	29 850\$00 27 250\$00 25 500\$00 28 750\$00
XI	Paquete e praticantes: Do 4. ^o ano Do 3. ^o ano Do 2. ^o ano Do 1. ^o ano	24 250\$00 22 900\$00 21 500\$00 20 100\$00

ANEXO II — B

Trabalhadores de armazém

Grupo	Categoria	Vencimento
I	Chefe de armazém	48 500\$00
II	Subchefe de armazém Chefe de secção de amostras	45 500\$00
III	Empregado de armazém principal Operador(a) de terminal	42 250\$00
IV	Empregado de armazém (com mais de três anos) Empregado de fabricação	40 150\$00
V	Empregado de armazém (com menos de três anos)	39 150\$00
VI	Controlador	35 000\$00
VII	Estagiário do 2. ^o ano Estagiário do 1. ^o ano Confeccionador(a) de cartazes de amostras Servente de limpeza	33 200\$00 29 700\$00 29 700\$00 28 750\$00
VIII	Estagiário confec. de cartazes de amostras do 2. ^o ano Estagiário confec. de cartazes de amostras do 1. ^o ano Praticante do 4. ^o ano Praticante do 3. ^o ano Praticante do 2. ^o ano Praticante do 1. ^o ano	24 250\$00 22 900\$00 24 250\$00 22 900\$00 21 500\$00 20 100\$00

Portalegre, 7 de Outubro de 1986.

Pela Empresa Francisco Fino, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços em representação do SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços:

(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 19 de Novembro de 1986, a fl. 133 do livro n.^o 4, com o n.^o 392/86, nos termos do artigo 24.^o do Decreto-Lei n.^o 519-C1/79.

**AE entre a UNICERVI — Comércio e Representações, L.^{da}, e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio,
Escritórios e Serviços do Sul — Alteração salarial e outras**

Cláusula 2.^a

(Vigência e revisão)

1 —

2 — A tabela salarial e o clausulado de expressão pecuniária têm a duração de doze meses e produzem efeitos desde 1 de Junho de 1986.

Cláusula 45.^a

(Diuturnidades)

1 — A retribuição de cada trabalhador que permaneça classificado em categoria sem acesso obrigatório será acrescida de uma diuturnidade de 1100\$ de 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986 e de 1200\$ de 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987, por cada período de três anos dessa permanência, até ao máximo de cinco diuturnidades.

Cláusula 47.^a

(Abono para falhas)

Os trabalhadores que tenham a seu cargo a guarda de dinheiro ou valores, pagamentos e recebimentos terão direito a um abono para falhas no valor de 700\$ por mês de 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986 e de 1000\$ por mês de 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987.

Cláusula 49.^a

(Subsídio de alimentação)

A UNICERVI atribui aos seus trabalhadores os seguintes subsídios de refeição:

Refeições	De 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986	De 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987
a) Pequeno-almoço — quando o trabalhador inicia o trabalho até às 7 horas, inclusive.	100\$00	100\$00
b) Almoço — quando o trabalhador preste serviço durante o mínimo de 5 horas num dia normal de trabalho.	430\$00	450\$00
c) Jantar — quando o trabalhador preste serviço além das 20 horas e 30 minutos, inclusive.	430\$00	450\$00
d) Ceia — quando o trabalhador preste serviço além das 24 horas.	150\$00	150\$00

Cláusula 50.^a

(Retribuição do trabalho por turnos)

1 — As retribuições certas mínimas serão acrescidas para os trabalhadores que trabalham em turnos regu-

lares, periódicos e rotativos, no valor de 2870\$ por mês enquanto for cumprido esse horário.

2 — O subsídio fixado no número anterior será pago até 31 de Outubro de 1986 e passará a ser de 2890\$ após 1 de Novembro de 1986.

Cláusula 51.^a

(Deslocações)

1 —

2 —

3 —

4 — O trabalhador deslocado tem direito ao pagamento à factura das despesas durante o período de deslocação, com os seguintes limites:

	De 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986	De 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987
Almoço ou jantar	430\$00	450\$00
Alojamento e pequeno-almoço	1000\$00	1000\$00
Diária completa	1860\$00	1900\$00

ANEXO II

Tabela de retribuições mínimas

Nível	Profissão	De 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986	De 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987
1	Gerente comercial	95 410\$00	96 220\$00
2	Chefe de escritório	59 930\$00	60 390\$00
3	Encarregado geral	52 050\$00	52 500\$00
4	Chefe de vendas	49 470\$00	49 890\$00
	Chefe de secção		
	Encarregado de armazém ..		
	Chefe de manutenção (oficina auto)		
	Chefe manutenção (assistência técnica)		
5	Fiel de armazém	45 120\$00	45 500\$00
	Supervisor de vendas		
	Oficial electricista		
6	Afinador de máquinas de 1. ^a Mecânico de automóveis de 1. ^a	43 360\$00	43 730\$00
7	Primeiro-escriturário	42 540\$00	42 900\$00
	Operador informático		
	Conferente		

Nível	Profissão	De 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986	De 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987
7	Operador de máquinas de elevação e transporte Motorista de transportes Serralheiro civil de 1. ^a Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 1. ^a e bate-chapas de 1. ^a	42 540\$00	42 900\$00
8	Segundo-escriturário Motorista-vendedor Ajudante de motorista de transportes Serralheiro civil de 2. ^a Mecânico de automóveis de 2. ^a Bate-chapas de 2. ^a Afinador de máquinas de 2. ^a Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 2. ^a	40 770\$00	41 120\$00
9	Terceiro-escriturário Ajudante de motorista de vendas Bate-chapas de 3. ^a Mecânico de automóveis de 3. ^a Lubrificador de veículos automóveis Serralheiro civil de 3. ^a Pintor de veículos automóveis, máquinas ou móveis de 3. ^a	39 010\$00	39 340\$00
10	Estagiário (escriturário do 3. ^o ano) Praticante (metalúrgico do 2. ^o ano) Pré-oficial (electricista do 1. ^o ano)	36 430\$00	36 740\$00
11	Guarda	34 660\$00	34 960\$00
12	Servente/profissional auxiliar de armazém Trabalhador de limpeza	29 490\$00	29 740\$00

Nível	Profissão	De 1 de Junho de 1986 a 31 de Outubro de 1986	De 1 de Novembro de 1986 a 31 de Maio de 1987
12	Estagiário (escriturário do 2. ^o ano) Praticante (metalúrgico do 1. ^o ano) Ajudante de electricista do 2. ^o ano Praticante (armazém) do 3. ^o ano	29 490\$00	29 740\$00
13	Estagiário (escriturário do 1. ^o ano) Aprendiz (metalúrgico) do 3. ^o e 4. ^o anos Ajudante (electricista) do 1. ^o ano	27 730\$00	27 970\$00
14	Aprendiz (metalúrgico) do 2. ^o ano Praticante (armazém)	25 150\$00	25 360\$00
15	Aprendiz (metalúrgico) do 1. ^o ano Praticante (armazém) do 1. ^o ano	24 210\$00	24 410\$00

Cláusula

(Complementar à tabela)

A retribuição dos trabalhadores que não auferem retribuição variável será a do respectivo nível da tabela acrescida de 7% do valor fixado para o nível 7 (com arredondamento para a dezena de escudos superior).

Pela UNICERVI — Comércio e Representações, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul:

(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 17 de Novembro de 1986, a fl. 133 do livro n.º 4, com o n.º 389/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

AE entre a CONCÓRDIA — Empreendimentos Industriais, L.^{da}, e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços e Comércio — Alteração salarial

Cláusula 2.^a

(Vigência e denúncia do contrato)

- 1 — (Mantém-se.)
- 2 — A presente tabela salarial produz efeitos desde 1 de Junho de 1986.
- 3 — (Mantém-se.)
- 4 — (Mantém-se.)
- 5 — (Mantém-se.)

ANEXO IV

Tabela salarial

Nível	Categoria profissional	Retribuição
I	Chefe de escritório Director de serviços	55 000\$00
II	Chefe de departamento Chefe de divisão Chefe de serviços	53 800\$00

Nível	Categoria profissional	Retribuição
II	Tesoureiro..... Técnico de contas..... Contabilidade.....	53 800\$00
III	Chefe de secção..... Guarda-livros.....	51 700\$00
IV	Programador..... Correspondente em línguas estrangeiras	48 000\$00
V	Primeiro-escriturário..... Caixa..... Ajudante de guarda-livros..... Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras..... Operador mecanográfico de 1. ^a Operador de máquinas de contabilidade de 1. ^a Perfurador-verificador.....	44 650\$00
VI	Segundo-escriturário..... Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa..... Operador de máquinas de contabilidade de 2. ^a Operador mecanográfico de 2. ^a Perfurador-verificador de 2. ^a Telefonista de 1. ^a Cobrador de 1. ^a	42 250\$00

Nível	Categoria profissional	Retribuição
VII	Terceiro-escriturário..... Telefonista de 2. ^a Cobrador de 2. ^a Contínuo de 1. ^a	40 250\$00
VIII	Estagiário para profissionais de escriturário, operador mecanográfico, operador de máquinas de contabilidade e perfurador-verificador..... Dactilógrafo..... Contínuo de 2. ^a , porteiro e guarda....	31 900\$00
IX	Servente de limpeza.....	25 600\$00
X	Paquete de 17/16 anos..... Paquete de 15/14 anos.....	20 350\$00 16 550\$00

Porto, 7 de Agosto de 1986.

Pelo SITEC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e Comércio:

António Bernardo Mesquita.

Pela CONCÓRDIA — Empreendimentos Industriais, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 17 de Novembro de 1986, a fl. 133 do livro n.º 4, com o n.º 388/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

Acordo de adesão entre a ANIECA — Assoc. Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e o Sind. Nacional dos Motoristas ao CCT (alteração salarial e outras) entre aquela associação patronal e a FESTRU — Feder. dos Sind. dos Transportes Rodoviários e Urbanos e outras.

Aos 2 dias do mês de Outubro de 1986, a Associação Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e o Sindicato Nacional dos Motoristas, acordam entre si a adesão ao CCT celebrado entre a ANIECA — Associação Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986, nas seguintes condições:

- 1) A adesão produz efeitos a partir das datas da entrada em vigor do referido CCT;

- 2) A tabela salarial é aplicável nos termos previstos do mesmo CCT.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Ensino de Condução Automóvel:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato Nacional dos Motoristas:

*António Rodrigues Jesus.
Domingos Rodrigues Fernandes.*

Depositado em 19 de Novembro de 1986, a fl. 134 do livro n.º 4, com o n.º 393/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.